

## ATA NÚMERO 20

### Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2025

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento. -----
2. **Mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2024 e primeira alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência de 2024** – (Registo n.º 1431/2025/02/19).-----
3. **Alterações à estrutura orgânica dos Serviços do Município de Amarante** - (Registo n.º 681/2025/01/24). -----
4. **Adesão do Município de Amarante à Associação Termas de Portugal** – (Registo n.º 10615/2024/12/12). -----
5. **Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações para a Região Hidrográfica do Douro – 2.º Ciclo e ao Regulamento de Gestão da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira** – (Registo n.º 843/2025/01/31).-----
6. **Alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante** – Livro III - Urbanismo - (Registo n.º 492/2025/01/20). -----
7. **Alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante** – Apoio ao associativismo desportivo - (Registo n.º 6943/2024/08/22). -----
8. **Aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Vacinação Infantil de Amarante** – (Registo n.º 10096/2024/11/28).-----
9. **Declaração de interesse público municipal** - Requerente: Grupo Cultural e Desportivo de Vila Caiz – (Registo n.º 371/25 EDI). -----
10. **Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante – 2024** – Registo n.º 2872/2025/02/07) - Para conhecimento. -----
11. **Declaração de interesse público municipal - Requerente: Sociedade Agrícola Quinta do Peso, Lda.** – (Registo n.º 265/25 - CIM).-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como primeiro secretário, e Sara Moreira Machado, como segunda secretária. -----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

-----Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Miguel André Carvalho Varejão, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Sandra Patrícia Nogueira Costa, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto Teixeira. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo da Silva Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Sara Mónica Seixas Gomes Leite; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro. -----

-----Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Sara Luísa Magalhães Maia (substituída por Pedro Manuel

Pinto Ribeiro), Torcato Fernando Carvalho Ferreira, José Joaquim Magalhães Teixeira (substituído por Miguel André Carvalho Varejão), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa), os/as senhores/as presidentes de junta de Gondar – Hugo Vaz; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro e União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho.-----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, António Jorge Vieira Ricardo, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Joana Rita de Sousa Covelo de Abreu, Carlos Manuel Azevedo Pereira e Estefânio Cirilo Sousa Pinto. -----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 19, respeitantes à sessão ordinária de 19.12.2024, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação da ata n.º 19, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação desta ata, por terem estado ausentes da respetiva sessão, os/as senhores/as membros: Ercília Gonçalves Costa, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado e Rui Pedro Barreira Morais. -----

----- De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, designadamente: -----

----- Pedido de renúncia ao mandato do anterior Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Gaspar Jorge, documento que foi disponibilizado na *cloud* do Município, para conhecimento;-----

----- Pedido de renúncia ao mandato do membro desta Assembleia Municipal, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, que já foi substituído por Inês Brochado Marinho Bastos Batista. -----

----- Leu uma declaração de registo de interesses que lhe fora entregue pelo

senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, do seguinte teor: ---

-----"Na sequência da minha tomada de posse como Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no dia 23 de fevereiro de 2025, subsequente à renúncia ao mandato apresentada pelo anterior Presidente – José Luís Gaspar Jorge – da mesma data, encontro-me a preparar as declarações e registo de interesses, a enviar à Entidade da Transparência, criada pela Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro.

-----Com efeito, no âmbito do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho (Regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos políticos), as declarações patrimoniais e as declarações de registo de interesses dos membros do executivo são enviadas ao Tribunal Constitucional, por via eletrónica, no prazo de 60 dias, contado a partir da data de início do exercício das respetivas funções. -----

-----Ao abrigo do n.º 4 e n.º 5 do artigo 17.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, as declarações de registo de interesses podem ser consultadas na seguinte página eletrónica: Entidade para a Transparência.-----

-----No caso das declarações patrimoniais dos membros do executivo, podem ser consultadas mediante requerimento a partir da área de «Acesso Público» da Entidade para a Transparência. -----

-----Sem prejuízo, comunico, desde já, que exercerei o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Amarante, nos termos da lei, em regime de permanência, a tempo inteiro e em regime de não exclusividade, uma vez que acumularei as funções públicas com funções privadas remuneradas.-----

-----Em termos remuneratórios, auferirei 50% da remuneração base que cabe ao Presidente da Câmara e a totalidade dos suplementos remuneratórios que cabem ao Presidente da Câmara, -----

-----Assim: -----

-----Remuneração base ilíquida: 50% de 4.186,00€=2.093,00€; -----

-----Despesas de representação: 1.255,80€; -----

-----Subsídio de alimentação: 6€/dia;-----

-----É o que me cumpre declarar. -----

-----Amarante, 28 de fevereiro de 2025.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal,-----

----- António Jorge Vieira Ricardo" -----

-----De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o

senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de louvor a José Luís Gaspar pelo seu exercício de funções como Presidente da Câmara Municipal de Amarante, subscrito pelos Grupos Políticos Municipais do PSD, do CDS-PP e pelo único representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães”, com o seguinte teor: -----

-----“Voto de louvor a José Luís Gaspar pelo seu exercício de funções como Presidente da Câmara Municipal de Amarante -----

-----A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária, vem por meio deste expressar um público e sentido Voto de Louvor a José Luís Gaspar pelo seu abnegado exercício de funções como Presidente da Câmara Municipal de Amarante. -----

-----Ao longo do seu mandato, José Luís Gaspar desempenhou as suas funções com dedicação, empenho e espírito de serviço público, pautando a sua atuação pela defesa dos interesses dos cidadãos de Amarante. O seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do concelho, a valorização do património histórico e cultural, a dinamização da economia local e a melhoria das condições de vida das populações são marcas evidentes da sua liderança. -----

-----O seu percurso à frente do Município reflete uma visão estratégica e uma capacidade de gestão que se traduziram em diversas iniciativas e projetos estruturantes, promovendo a modernização da cidade e o bem-estar dos amarantinos. A sua dedicação ao serviço público e a sua preocupação com o futuro de Amarante justificam um reconhecimento institucional inequívoco por parte desta Assembleia. -----

-----Para além do mérito individual, este Voto de Louvor sublinha também a importância de reconhecer todos aqueles que, no exercício de funções de representação da sociedade, dedicam o seu esforço e capacidade à construção de um futuro melhor para a sua comunidade. O exercício da política local exige resiliência, compromisso e uma permanente disponibilidade para servir os cidadãos, qualidades que José Luís Gaspar demonstrou ao longo do seu mandato. -----

- Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Amarante expresse o seu profundo reconhecimento e gratidão a José Luís Gaspar, formulando votos de sucesso nos seus desafios futuros e sublinhando a relevância do seu contributo para o progresso do nosso concelho. -----

-----Amarante, 28 de fevereiro de 2025.”-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão

do referido voto de louvor, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

-----Seguidamente, foi submetido à votação o voto de louvor, tendo o mesmo sido aprovado por 28 votos a favor, dos grupos políticos municipais do PSD e do CDS-PP, bem como do único representante do grupo de cidadãos eleitores "Juntos Por Ansiães", 0 abstenções e 19 votos contra, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista. Estavam presentes sala 47 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:** -----

-----"Na qualidade de líder do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, venho por este meio declarar o nosso voto contra a proposta do voto de louvor apresentado a esta Assembleia, ao ex-Presidente da Câmara Municipal de Amarante, José Luís Gaspar, pelos seguintes motivos: -----

-----As ações e projetos realizados durante os mandatos do ex-Presidente de Câmara não justificam o valor formal, pois os resultados não foram tão significativos quanto os apresentados. -----

-----Devemos ser criteriosos e avaliar o verdadeiro impacto antes de conceder louvores. Algumas das ações feitas pelo Dr. José Luís Gaspar, enquanto Presidente da Câmara, foram sendo refutadas, em tempo oportuno, nos diversos órgãos municipais, facto de o Partido Socialista nunca ter aprovado nenhum dos orçamentos municipais apresentados.-----

-----Esta proposta de voto de louvor parece ter um carácter eminentemente político, desvirtuando a figura do voto de louvor e mérito. Um voto de louvor sério e justo exige uma avaliação extraordinariamente positiva, desapaixonada e serena da ação do homenageado. -----

-----Este voto de louvor, imediatamente após a cessação de funções, não permite essa avaliação ponderada. -----

-----Acresce que, apenas a seis meses de mais um ato eleitoral, este voto de louvor pode ser considerado, apenas e só, um ato de propaganda eleitoral, que não se compagina com o estatuto desse voto.-----

-----Por esse motivo, nenhum dos anteriores presidentes de Câmara teve proposta semelhante durante os seus mandatos ou nos momentos imediatos das suas cessões de funções, mesmo sabendo, quer no exercício das suas funções enquanto autarcas, quer depois do exercício desses mandatos, terem tido ações extraordinárias para o desenvolvimento de Amarante." -----

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS,**  
**proferiu a seguinte declaração de voto:** -----

-----"Eu gostaria, de facto, de estar aqui a aprovar um voto de louvor. Contudo, ao longo destes mandatos do senhor Presidente da Câmara, deixou-me muito triste o estado de algumas obras fundamentais para a imagem de Amarante - e quando eu falo da imagem de Amarante, não é só aquela que é só visível aqui, mas é aquela escura -a biblioteca pela qual eu tanto lutei; o Estádio Municipal de Amarante, que está no estado em que está; as piscinas municipais, que continuam a não estar prontas e que continuam a mandar os nossos utentes para o Colégio de São Gonçalo. E destacar as obras que eu sempre defendi aqui, ao longo das minhas intervenções, da minha atividade política - até porque vocês falam ali do Património, na manutenção do Património - por isso, eu venho referir o porquê de o Património não estar num estado tão brilhante como gostariam de ter."-----

-----De seguida, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Daniel Pinheiro, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Sou autarca da Freguesia de Figueiró (Santiago), desde 1989, e da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), desde 2013, ano da reestruturação autárquica. -----

-----Enquanto autarca de freguesia, até este momento, consta no meu curriculum o trabalho com quatro presidentes da Câmara, entre eles, o Dr. Francisco Assis, e, para avivar a memória dos amarantinos, no seu segundo mandato, renunciou a meio, para ir para o Parlamento, como deputado da Nação. Repito, deixou o seu mandato a meio, para o Dr. Armindo Abreu. E, afirmo, bem entregue ao Dr. Armindo! -----

-----Quero, aqui, neste momento, dizer que foi para mim um prazer trabalhar, enquanto autarca, com estes dois senhores, nomeadamente como o Dr. Armindo Abreu e muitos anos consecutivos. -----

-----Quero também, aqui, neste momento, agradecer, em meu nome e em nome do povo de Figueiró, a forma como o Dr. Armindo me respeitou, enquanto representante do povo de Figueiró, com as respetivas obras na freguesia, dentro das possibilidades da Câmara, nomeadamente, água potável e saneamento básico, entre outras. Obrigado! -----

-----O Dr. José Luís Gaspar, enquanto Presidente da Câmara de Amarante, ficará na história deste concelho, pelo empenho dedicação, conseguiu o reconhecimento do nosso território como um território dinâmico, bairrista e competitivo, onde cada amarantino pode ter orgulho de aqui viver e onde cada cidadão que por aqui passe tenha vontade de voltar. A valorização do património histórico foi também uma das suas preocupações. -----

-----Foi para mim, enquanto autarca de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), um privilégio trabalhar com ele, estes cerca de doze anos, em que, enquanto presidente da Câmara tratava todos os senhores presidentes de junta com a mesma lealdade, pondo os partidos de parte, zelando com imparcialidade pelos interesses de todas as freguesias do concelho. Foi uma conduta que só não é reconhecida por quem sofrer de cegueira... -----

-----Portanto, Dr. José Luís, os meus concidadãos, e seus também, de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), estão muito gratos por tudo o que o senhor fez em prol do nosso concelho e por Figueiró (Santiago e Santa Cristina). E mais, agora, nas funções que vai desempenhar, irá olhar pela saúde dos amarantinos, o que quer dizer que o senhor vai continuar entre nós. -----

-----Muito obrigado, meu ilustre amigo de longa data!-----

-----Ao atual senhor Presidente da Câmara, Dr. Jorge Ricardo, quero-lhe desejar os maiores sucessos, nesta tão nobre tarefa de Presidente da Câmara Municipal de Amarante. -----

-----As voltas que o mundo dá! Relembro, aqui, a memória do seu pai, senhor Luís Ricardo, meu colega e grande amigo, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz. De seguida, foi o senhor igualmente meu colega e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz. É um historial riquíssimo que nós partilhamos juntos e, agora, o meu Presidente da Câmara Municipal de Amarante!-----

-----O Município fica em boas mãos, com a experiência que eu lhe reconheço. Amarante não vai estagnar, pelo contrário, vai continuar a ser falada e reconhecida pela positiva, como o Dr. José Luís deixou. -----

-----E, por fim, enquanto autarca de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) e amarantino, continuo ao seu dispor, naquilo que o senhor entender que eu possa ser útil. -----

-----Um bem-haja!" -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Senhor Presidente da Câmara, atendendo à renúncia ao mandato do anterior Presidente, quero, em primeiro lugar, manifestar o desejo dos maiores sucessos à frente dos destinos do Município, pois o seu sucesso será também o sucesso de Amarante. E quero também, aqui, desejar, para que não fiquem dúvidas, os maiores sucessos ao Dr. José Luís Gaspar nas suas novas funções, sendo que o sucesso dele também será o sucesso da região, na área da saúde, e pode ser que, desta vez, o Hospital de Amarante tenha um novo impulso, como todos desejamos. Não obstante desta declaração inicial, não podemos deixar de registar que com esta renúncia, neste mandato, já são três os eleitos que renunciaram ao cargo - o senhor Presidente e dois vereadores -, desconfigurando totalmente aquilo que era a equipa inicial do Executivo Municipal. Com a saída do seu líder, pode ficar o executivo sem a coesão necessária para garantir a execução do projeto político que propuseram aos amarantinos. Preocupa-nos também a própria gestão autárquica, pois, analisando a distribuição de competências e os pelouros pelos restantes vereadores, percebemos que, apenas três, têm pelouros e a tempo inteiro: O senhor Presidente, a senhora Vice-Presidente e o senhor vereador. Aproveito para alertar, portanto, que a informação da página oficial do Município, relativamente à distribuição de pelouros, não está correta, necessitando ser feita a sua reformulação e atualização, pois, passo a citar o que diz na página oficial do município: *relativamente ao município de Amarante, o executivo é constituído pelo Presidente e quatro vereadores, um deles Vice-Presidente, eleitos pela coligação Afirmar Amarante, a quem foram distribuídos pelouros municipais e quatro vereadores sem pelouro, eleitos pelo PS.* Portanto, esta informação não é correta e necessita de correção. Apenas o senhor Presidente, a senhora Vice-Presidente e um vereador têm pelouros. -----

-----Queria também deixar aqui uma nota, relativamente à Orquestra do Norte. Como sabemos, até pelas notícias, a comissão de trabalhadores solicitou uma reunião urgente, com o atual senhor Presidente. Eu questiono se já reuniu com os trabalhadores e como é que está a situação dos salários deles, sabendo que o anterior senhor Presidente, também era o Presidente da Comissão Executiva da Orquestra do Norte? Pergunto se os seus propósitos vão ser salvaguardados, designadamente a questão da dignidade do espaço que eles merecem para os seus ensaios? -----

-----Relativamente ao campo pedido pelo Amarante Futebol Clube queríamos perceber se a sua localização vai ser no estádio municipal. E como é que ficam as piscinas municipais, cuja localização estava prevista para a proximidade do daquele estádio, se ainda se mantém a localização ou se vai haver alterações? -----

-----Outra questão, sobre a situação do rio, que, como sabemos, é muito irregular, muito inconstante e tem tido muitas oscilações e cheias ao longo dos últimos tempos, por via das descargas não controladas a montante, que, muitas vezes, ultrapassa 1,5 m de altura, em pouco tempo, ficando muitas vezes submerso o trilho aqui junto à Igreja de São Gonçalo, por debaixo da ponte. Era importante colocar alguma sinalização, para garantir a segurança das pessoas, até porque podem estar crianças ali a brincar e poderá acontecer uma tragédia. No que concerne ao edificado municipal e ao património que aqui foi referido, e bem, pela deputada Ercília Costa, nós viemos diversas vezes aqui falar sobre o tratamento que davam ao património e que, muitas vezes, é desleixado e deixado ao abandono. Há pouco tempo, tivemos a inauguração de um novo equipamento, o Solar dos Magalhães, cujas paredes exteriores, por exemplo, já tinham sinais visíveis de pouco tratamento, designadamente, com um verdete que tinha nas paredes. Pensava que era só o edificado que foi deixado, mas também é importante requalificar o novo, pelo menos dar a manutenção do edificado que foram construindo. Por isso, apelo uma vez mais ao tratamento digno do nosso património. -----

-----Também já aqui falamos, na última sessão, da questão da sinalização horizontal, designadamente, na rotunda da Vinha e até na estrada que vai para Rebordelo, por Fridão. A sinalização horizontal não está visível, o que pode provocar alguns acidentes, porque, muitas vezes, os automobilistas nem sabem por onde circular. O que espero desta nova gestão da Câmara, é que esteja atenta, que nos oiça, porque o Partido Socialista foi sempre um partido que trouxe algumas soluções, porque construímos Amarante juntos.”-----

-----**O senhor deputado João Leite, do Grupo Político Municipal do CDS-PP, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Assumir a Presidência de uma autarquia e estar ao serviço dos cidadãos e no serviço público a gerir um órgão de relevância, por si só, já é um enorme desafio. Maior é ainda este desafio, quando herdamos um legado de vários anos de um anterior Presidente, de onde nos enquadrámos no seu executivo.-----

-----Quer isto dizer que não só temos um novo trabalho a executar, como temos de continuar o trabalho que já estava em curso. Reconhecemos o enorme esforço e coragem que é necessário ter para assumir este desafio, principalmente quando nos encontramos a escassos meses das eleições autárquicas. No entanto, senhor Presidente Jorge Ricardo, em meu nome e em nome da bancada do CDS-PP de Amarante, acreditamos e confiamos plenamente nas suas capacidades e no trabalho

que irá desenvolver. Assim, tanto ontem, como hoje, renovamos os nossos votos de confiança em poder, agora, consigo, integrar a coligação e continuarmos a afirmar Amarante e, de igual modo, estamos disponíveis para, a seu lado, continuar a ajudar a afirmar esta coligação.” -----

**-----O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----**

-----“03 de julho de 2023 marcou uma data e marcou um facto interessante, naquilo que é a vida política autárquica local, porque, pela primeira vez, pelo menos desde há muitos anos, decidiu-se, na Câmara Municipal, medalhar e congratular aqueles que exerceram funções como Presidente da Câmara Municipal de Amarante. O voto foi por unanimidade, porque, acima das quezílias partidárias, está o reconhecimento do esforço e da dedicação que todos, mesmo aqueles com quem não concordamos, dedicam à causa; e que se dedicam a trabalhar pela sociedade, a defender uma comunidade, a fazer mais horas do que aquelas que o dia muitas vezes têm, em prol de uma comunidade. O que nós vimos hoje, é fazer-se política com votos de louvor, porque fazer-se política com votos de louvor, é vir aqui votar contra um voto de louvor que reconhece o esforço e a dedicação que, independentemente de gostarmos mais ou menos, foi de alguém que dedicou tempo, esforço, vida em prol da comunidade de Amarante, que é a nossa. O que nós, hoje, aqui voltamos a ver, é o que nós já vemos, desde 2013. É um Partido Socialista sem rumo, sem orientação, que não sabe fazer oposição e consegue ser pequeno na sua dimensão, apesar de reconhecer que tem muita gente de valor na sua militância. Mas, aquilo que nós continuamos a ver é uma oposição sem ideias, sem rumo e que mais não sabe do que usar o ataque pessoal, como faz, desde 2013, para daí tentar fazer política. E o que nós, hoje, vimos, foi, mais uma vez, o Partido Socialista de Amarante votar contra um voto de louvor a alguém que, gostemos mais, ou menos, fez alguma coisa por Amarante. Eu próprio não teria a menor dúvida em votar favoravelmente, se fosse um voto de louvor ao Dr. Armindo Abreu. Dou este exemplo porque me é caro. Eu comecei nesta Assembleia Municipal, em 2005, com 21 anos, e tinha o Dr. Armindo Abreu que falava bem mais alto do que eu estou a falar, e que me apontava o dedo, por ser um jovem militante, durante as minhas intervenções, como eleito da oposição. Reconheço muitas das coisas que ele fez - toda a gente sabe que eu reconheço - eu, de facto, não concordava com as mesmas. Acho que os anos de governação dele deveriam ter acelerado muito mais Amarante do que aquilo que aceleraram. Mas é inegável que, alguém que se predispõe a trabalhar pela

comunidade, goste-se dele, mais ou menos, alguma coisa positiva oferece à nossa sociedade. Por isso, é inaceitável que o Partido Socialista de Amarante, hoje, se reduza a um voto contra, quando alguém se predispõe a defender e a representar-nos a todos. Quer gostem, quer não gostem, as eleições foram ganhas em 2013, em 2017 e em 2021, por alguém que o povo de Amarante, por maioria, entendeu que representava a nossa comunidade. O voto contra do Partido Socialista é o voto mais pequenino que nós já vimos na política autárquica, em Amarante, pelo menos, desde que me lembro e já sou candidato em listas autárquicas, há quase vinte anos. Não tenho a menor dúvida de o afirmar. E vou mais longe, e isto, sim, é a marca do Partido Socialista que temos visto nos últimos anos, e é seguramente uma das razões para que o povo de Amarante tenha optado por outras soluções, durante as últimas eleições autárquicas, e já lá vão três - quando, em 2009, o PSD iniciou com o Dr. José Luís Gaspar, a preparação de um projeto político para a nossa terra, ele não o fez sozinho, fê-lo com um conjunto de pessoas; pessoas que integravam equipas, que participavam em discussões, que reuniam - como vocês também reúnem, no Partido Socialista, seguramente; agora se calhar os resultados e os métodos de trabalho é que não estão muito bem afinados, que continuávamos a defender ideias, que defendemos medidas propostas, acertamos umas, falhamos outras, mas, o povo de Amarante, em 2013, entendeu mudar. E então, deixem-me fazer-vos este exercício: eu era Presidente da JSD de Amarante nessa altura, dessa comissão política da JSD, que tive a honra, de alguma forma, de organizar, resultaram duas pessoas que foram vereadores neste Município e que exerceram mandatos de vereador com pelouro, nomeadamente, o André Costa Magalhães e a Rita Marinho Batista; posteriormente vimos a Ana Reis assumir o cargo de vereadora, e que, entretanto, tem estado a exercer o trabalho maior, que é o de ser mãe; e, mais recentemente, a Joana Rita Abreu. Pessoas que estão, desde 2004, 2005 e 2006 a trabalhar junto do PSD. E como é que pode alguém - só pode andar distraído - vir aqui dizer que agora esta mudança vai descaracterizar aquilo que é o plano político? Está errado. Estas pessoas que aqui estão, trabalham em conjunto com quem nos estava a governar a tempo inteiro, há muitos anos, há duas décadas praticamente. Vivo muito tranquilo com aquilo que este executivo fez, faz e vai fazer. Vou dizer mais, tomou também posse, agora, com ou sem pelouros, o Estefânio Pinto, que acompanha o executivo municipal desde 2013, é um dos elementos mais ativos do corpo executivo desta Câmara Municipal. Não vai existir aqui algum tipo de desleixo ou de desaceleração daquilo que tem vindo a ser feito em Amarante. Isso é não ter

a mínima noção de como realmente as coisas funcionam e do que é gerir equipas. Mais, quando vimos aqui levantar a suspeita de que, se calhar, três vereadores com pelouros é pouco, estão-se a esquecer - e eu assisti - que vocês defendiam que tinham feito um excelente trabalho com dois vereadores, com pelouro, ainda há muito pouco tempo, entre 2005 e 2009. A questão é claramente essa, de que, estando na fase em que se está de mandato, se o atual Presidente da Câmara entende que a máquina está oleada de forma eficiente e que permite que esta distribuição de pelouros é a acertada, que lhe dá garantias do trabalho executado, até ao final do mandato, porque é que havemos de ter dúvidas quanto a isso? Porque não temos mais nada para dizer, a não ser fazer a política pequenina. E é isto que nós continuamos a ver em Amarante, porque obras, acertos, reparos, vamos ter sempre que fazer; quando terminarmos de pavimentar o último quilómetro, vamos ter que estar a começar outra vez no primeiro. Isso é cíclico. Agora, capacidade de gestão, de mexer com a nossa terra e de ter a ação que realmente nos catapultou para aquilo que já devíamos ser há muitos anos - e não somos, pela inércia que tivemos, desde 1993 até 2013 pela governação socialista, isso é uma marca que ficou no concelho. Agora, há outra que eu gosto muito que a Coligação Afirmar Amarante tenha deixado, com aquele voto, de 3 de julho de 2023, é a de não sermos ingratos. Isso, agradeço muito a quem naquele dia votou. Felizmente, alguns mantêm a coluna vertebral, outros perderam-na, desde 2023, até agora.”-----

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Quero aproveitar este momento para felicitar o Dr. Jorge Ricardo, pelas funções que assumiu, e desejar-lhe os maiores sucessos - sabe que é sentido, da minha parte - e felicitar também os novos vereadores, pelo papel que vão ter, a partir de agora. Certamente que o vosso sucesso será o sucesso de Amarante. -----

-----Aproveitar para desejar os maiores sucessos ao Dr. José Luís Gaspar, porque, de facto, como disse o Cândido Zoio, o sucesso dele será, seguramente, o sucesso das populações, não só de Amarante, mas do Tâmega e Sousa. -----

-----Senhor deputado Carlos Carvalho, não lhe fica bom esse ar sobranceiro! Essa sobrançeria, essa superioridade não lhe fica bem. De facto, nós, em relação às assembleias, pelo menos, estou cá há bastante tempo - houve um mandato em que não estive - acho que sempre tivemos uma boa relação, uma relação cordial com o senhor Presidente da Câmara cessante. Em momento algum tivemos atritos que justificassem esse tipo de comentários. Situações de confronto são perfeitamente

normais, mas sempre com o maior dos respeitos. Da sua casa, sabe o senhor; da casa do Partido Socialista, sabem os militantes do Partido Socialista. Nunca, em momento algum, viemos aqui discutir o que se passa na vossa casa. Por isso, essa sobrançeria só lhe fica mal. -----

-----Depois, aproveitar para dizer – como disse, e muito bem – que já tivemos aqui a oportunidade de condecorar e homenagear os nossos ex-autarcas, aliás, porque antevejo com o senhor Dr. José Luís Gaspar, é um jovem, e tenho a certeza que há de regressar à política - e normalmente homenageiam-se as pessoas que se vão retirar de vez do panorama político, o que não é o caso, seguramente. Antevejo que ele um dia regresse às funções políticas. De qualquer modo, há uma comissão de atribuição de medalhas, acho muito bem que se faça essa proposta e que se homenageie, como deve ser, no espaço e momento próprio. Isso é que faz sentido, é a minha opinião pessoal. -----

-----Agora, senhor Presidente da Câmara, e não querendo abusar desta sua primeira reunião da Assembleia Municipal, no novo cargo, que, compreendo, será um pouco mais complicada para si, tenho duas questões que gostaria de colocar. A primeira - o Dr. Cândido Zoio já falou aqui da situação da Orquestra do Norte – eu tenho conhecimento de que se demitiu o diretor executivo, o Dr. José Bastos. Gostava de saber quem é que o vai substituir? E se o Dr. José Bastos é um avençado da Câmara Municipal?-----

-----A segunda questão: estão a decorrer a bom ritmo as obras na Casa da Juventude e eu já tinha questionado o Dr. José Luís Gaspar, relativamente à colocação de painéis fotovoltaicos. Neste momento, ainda não consigo vê-los, por isso pergunto se vão ser colocados. -----

-----Depois, levantava aqui também uma situação que me parece muito importante e que foi referida pelo meu colega de bancada, que é a questão da segurança na rede viária. Eu trabalho na Escola Secundária de Amarante há alguns anos, e digo que, já por várias vezes, estive quase a ser atropelada naquela passadeira, que mal se vê, em que os carros passam com a maior das velocidades. Já lá estiveram lombas e eu não sei se não seria de pensar em colocar qualquer coisa que obrigue a reduzir a velocidade.”-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção, em defesa da honra: -----**

-----“Venho usar da palavra, por me ter sido dirigida a mim a expressão sobrançeria, que não aceito. Eu sei que, hoje, porque vim a correr, venho com

gravata, o que não é costume, talvez seja por isso. Porque, muito francamente, senhora deputa Ercília Costa, conhecemo-nos há muitos anos, eu tenho vontade de lhe dizer que, pelas expressões que já usou aqui, hoje, a expressão sobrançeria é para mim um elogio. Eu não aceito que me venha aqui ser apontada sobrançeria, quando aquilo que eu referi foram factos. São as nossas opiniões que, quando não agradam a alguém do Partido Socialista, vêm cá e usam expressões como sobrançeria. Se vamos passar a ter este comportamento nesta Assembleia Municipal, acho que estamos mal. É importante ter alguma urbanidade, se calhar, era interessante, vindo de alguém que até trabalha na Educação, porque eu, francamente, não estou habituado. Isto não é sobrançeria, é exigir que haja algum respeito na Assembleia Municipal. Eu não desrespeitei ninguém, tenho a minha opinião.”-----

-----**O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, António Brandão, único representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães”, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Na minha qualidade de independente, vou tentar acalmar os ânimos, porque isto, de facto, está a ficar quentinho. Compreende-se, porque é um órgão político por inerência, portanto, faz parte. -----

-----De qualquer maneira, eu só quero dizer duas coisas muito rápidas, até porque eu não tenho muito tempo. A primeira é que me revejo no teor do voto de louvor ao anterior Presidente da Câmara Municipal de Amarante, Dr. José Luís Gaspar. Revejo-me em cada palavra que estava escrita, portanto, assinei o voto de louvor, com todo o prazer, e revejo-me em todas as expressões lá contidas. -----

-----Mas, mais importante que isso, para mim, pelo menos, nesta fase, é, primeiro, dar os parabéns ao atual senhor Presidente da Câmara Municipal de Amarante, Dr. Jorge Ricardo, dizer-lhe que tem aqui um companheiro, um amigo para ajudar naquilo que seja possível e necessário. Dar também os parabéns ao senhor Vereador Estefânio Pinto, pelas novas funções, que não o vão atrapalhar, porque é um homem experiente nesta área.”-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Completando aquilo que a minha colega de bancada disse e que me revejo em todas as palavras, aquilo que me preocupa verdadeiramente e porque nós poderíamos, eventualmente, depois, apresentar uma medalha de honra, quando se justificasse, e vamos ver também nestas novas funções, se mais se justifica. Mas

aquilo que o PS não tem, são os estados de alma do PSD. E uma coisa é verdade, não temos treinado as claques para aplaudir as intervenções, na casa da democracia. Portanto, vou seguir os conselhos e vou começar também a treinar claques para os aplausos nas intervenções. Uma coisa é certa, a equipa é vasta, tem cinco vereadores. Infelizmente, no próximo mandato só vamos ter sete, vamos perder dois. Podiam aproveitar a oportunidade de ter os cinco vereadores, um deles, como foi dito, experiente, porque é que não lhe foram atribuídas funções, com pelouros e responsabilidades diretas? Certamente, neste ano que é tão exigente, em termos de execução orçamental e de cumprimento de prazos dos fundos comunitários, era bom que, se a equipa estivesse toda oleada e não andassem a sair em debandada, pois em cinco saíram três, era importante que essa equipa se constituísse dessa forma. E isso é o que nos preocupa. Não é se um homem é homenageado, ou não; não é se devemos votar a favor ou contra. O que devíamos saber é que há um programa e um orçamento que também foram aprovados, com prazos bastante curtos; num ano particularmente difícil, porque é um ano eleitoral, o senhor Presidente da Câmara, então, se tem a equipa tão oleada, fizesse jus a essa equipa e delegasse os pelouros nesses vereadores, para trabalhar naquilo que é importante para Amarante, que é a execução de todas as políticas. Não compreendemos de forma alguma porque é que um vereador, que é tão experiente, não tem pelouros.” -----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Reconheço o trabalho notável do Dr. José Luís Gaspar à frente dos destinos de Amarante, ou em prol de Amarante. Está bem à vista, quer na cidade, quer em todas as freguesias do nosso concelho.-----

-----O Dr. José Luís Gaspar colocou Amarante no mapa, desenvolveu Amarante e melhorou a nossa qualidade de vida. -----

-----Não me surpreende a reação que aqui houve deste Partido Socialista, que já nos habituou a ter uma memória curta. Vimos o que é que aconteceu, por exemplo, com as águas. Saliento o que veio aqui dizer o senhor presidente da Junta da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Daniel Pinheiro e o senhor deputado Carlos Carvalho, que tiveram intervenções bastante sustentadas e fundamentadas. Lembro que foi a saída do Dr. Francisco Assis, que deu lugar ao Dr. Armindo Abreu, o que é uma coisa normal, pois a lei prevê essas substituições. Diziam que o Dr. Francisco Assis foi, na altura, buscar a universidade para Amarante, mas, afinal, a universidade nunca veio. Depois, o executivo desconfigurado, de que

também já se falou aqui, de 2005 a 2009, afinal aquele executivo até funcionava só com o senhor Presidente da Câmara e com uma senhora vereadora, porque um outro vereador do mesmo partido, até votava contra, o que não acontece agora, como é evidente. E funcionava lindamente, como dizia o Partido Socialista.-----

-----É esta a narrativa a que já nos habituaram, vazia e ideologicamente depauperada, sinal de que não há causas fortes para nos atacarem. Lamento a opção pela chicana política, em vez da elegância política; lamento a confusão entre o institucional e o político-partidário. Enfim, o futuro se encarregará, seguramente, de reconhecer e agraciar o notável legado que o Dr. José Luís Gaspar deixou em Amarante. E entendo que ele já tem, seguramente, um lugar na história da nossa terra. Ainda por cima, sai para uma causa, que eu sei que sempre lhe disse muito, a única causa que o fez sair, porque já teve muitas outras oportunidades para sair e não saiu. E é uma causa, como todos sabem, que é muito importante para Amarante e para o Tâmega e Vale do Sousa, para a vida de todos nós. Espero que ele tenha muito sucesso nesta causa. -----

-----Também venho aqui para felicitar o Dr. Jorge Ricardo, que, no meu entendimento, é a pessoa certa para esta transição. Está muito bem preparado, tem pessoas preparadas no executivo e tem os funcionários da Câmara para o ajudar. Conhece a casa, conhece os dossiês, conhece as pessoas e, fazendo uma análise objetiva, o Dr. Jorge Ricardo tem, até agora, demonstrado uma elevada competência, uma enorme dedicação e uma grande disponibilidade, com um sacrifício enorme da sua vida pessoal. Toda a gente sabe disso e as senhoras e os senhores presidentes de junta que estão aqui, também o sabem, independentemente da cor política, é isso que se constata. Desejo muito sucesso ao Dr. Jorge Ricardo, porque o sucesso dele é o nosso sucesso.” -----

-----**A senhor deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Só para esclarecer que quando me referi à instalação dos painéis fotovoltaicos, é pelo facto de ainda não estarem visíveis, e para saber se estão previstos para esta fase da empreitada.”-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Confesso que gostaria que esta minha primeira intervenção nesta Assembleia, em que assumo estas funções, fosse efetuada num outro registo, digo-vos que sinto o peso e a responsabilidade, mas tudo farei para desempenhar estas

funções com uma enorme honra, procurando os melhores destinos para Amarante e para os amarantinos. Acho que todos nós, amarantinos, já demos provas de termos um nível democrático diferente de outros e este é um bom momento para demonstrarmos isso mesmo. Prefiro ficar com o registo positivo das declarações proferidas pelos senhores vereadores do Partido Socialista na última reunião da Câmara Municipal, conforme todos terão oportunidade de ler na respetiva ata. -----

-----Agradeço as palavras do senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Daniel Pinheiro, bem como a confiança depositada e quero também louvar o trabalho realizado ao longo destes anos na sua freguesia.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Cândido Zoio, dizer-lhe que o *site* não estava atualizado, mas, entretanto, a informação já foi corrigida, por isso, agradeço o alerta. Sobre a Orquestra do Norte, dizer-lhe que já falei telefonicamente com o responsável da Comissão de Trabalhadores e, ainda hoje, lhes disse que vou reunir com a Dra. Cristina Teixeira, na quinta-feira, teremos uma reunião com todos os elementos da direção. Pedi-lhes para aguardar mais uma semana, de modo a inteirar-me dos problemas existentes. Quanto ao campo de treinos do Amarante FC, hoje, pedi para reunir com o senhor presidente da direção, para que na próxima terça-feira, possamos falar sobre algumas questões, entre elas, a iluminação, que é uma questão que tem estado em cima da mesa. Sobre o complexo desportivo, faremos o que for necessário, em anuência com o clube. -----

-----Relativamente à oscilação das águas do rio, está a decorrer um procedimento para aquisição de um sistema de monitorização do nível das águas, para que os serviços da proteção civil possam atuar atempadamente. -----

-----No que concerne ao edificado municipal, e mais concretamente, o Solar dos Magalhães, referir que o senhor Arquiteto Siza Vieira ficaria muito chateado se estivéssemos já a intervir nas paredes. E sim, é verdade, todos compreendemos, temos outro edificado que é mais urgente e eu acho que nós, a muito curto prazo, vamos também iniciar essas reparações. Quanto aos problemas de sinalização horizontal, que referiu, estamos a preparar um procedimento e posso garantir que, Fridão e Rebordelo, assim como, Olo e Canadelo, além de outras ruas do Concelho, estão a ser alvo de um levantamento, que está praticamente feito, e tudo será melhorado. Sobre a rotunda da Vinha, na próxima semana, irão iniciar os trabalhos da Rua da Estrada Real, entre a rotunda da Vinha e a rotunda do Queimado, portanto, na qual, a sinalização também será revista. -----

-----Ao senhor deputado João Leite agradeço as palavras de simpatia e, como disse, sim, é uma enorme honra, sim, mas também é uma enorme responsabilidade, sinto-me confiante com a equipa e com as pessoas que temos a nosso lado, assim como com um conjunto de pessoas que vai continuar a dignificar Amarante, neste projeto de afirmação, iniciado em 2013. -----

-----Agradeço ao senhor deputado Carlos Carvalho, pela apresentação do voto de louvor e também pelas suas palavras, bem como à senhora deputada Ercília Costa, a quem agradeço pelas suas felicitações e os votos de sucesso que me endereçou. Relativamente à Casa da Cultura e da Juventude de Amarante, a empreitada está a decorrer, como é visível, quanto aos painéis fotovoltaicos, serão colocados numa segunda fase. Sobre as passadeiras junto à Escola Secundária, registei o que disse e irei solicitar aos serviços municipais para averiguar a situação. -----

-----Agradeço ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, António Brandão, pelas suas palavras, são um estímulo para continuarmos a desenvolver um trabalho em conjunto. -----

-----Senhor deputado Cândido Zoio, relativamente ao executivo, é verdade, somos três elementos com pelouros, mas acho que ninguém tem dúvidas de que o senhor Vereador Estefânio Pinto, mesmo não tendo pelouros atribuídos, pela sua experiência e por tudo aquilo que já deu a Amarante, vai continuar a ser um elemento importante e a contribuir para o bom desempenho da nossa missão. Contudo, dê-nos algum tempo e creia na nossa capacidade de trabalho. Até ao final do mandato vou acumular estes pelouros, assim como também vou manter a atividade privada, porque tenho vida própria, tenho um passado. Merecemos algum tempo e peço que nos deem esse crédito. -----

-----No que respeita à Orquestra do Norte, a informação que tenho é de que o diretor executivo se demitiu. É mais um processo que vai ter que ser resolvido e espero que, durante a reunião com a direção, possamos resolver alguns destes assuntos. Por fim, esclarecer que não existe qualquer avença entre o Município de Amarante e o Dr. José Bastos.” -----

-----**O senhor Vereador Hugo Carvalho, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Embora institucionalmente estes cumprimentos tenham sido prestados na reunião da Câmara Municipal, cumpre-me também, aqui, nesta Assembleia Municipal, em nome dos vereadores do Partido Socialista, desejar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal os votos de sucesso, nesta missão. O seu sucesso é

o sucesso de todos. Da mesma forma, tal como referido na reunião da Câmara Municipal, desejamos os melhores sucessos para o Dr. José Luís Gaspar, que findou funções, e, permita-me, senhor Deputado Carlos Carvalho, por quem tenho estima, apenas dizer que, quando fizemos a nossa declaração, estendíamos os nossos votos, não só aos doze anos de governação de Amarante, mas a todo o tempo que ele dedicou a ter um projeto político para a cidade e para o concelho de Amarante e, portanto, essa é a nossa postura. Permita-me também que diga, com muita honestidade, que todos, nesta sala, e, atrevo-me a dizer, todos do Partido Socialista, se reconhecem num louvor pelo exercício de funções públicas do Dr. José Luís Gaspar. Isso é inquestionável. Todos os autarcas, todos os senhores Presidente de Junta reconhecem isso. Mas também devo dizer, com toda a honestidade, que eu também teria muitas dificuldades em votar favoravelmente o voto que foi apresentado, porque ele configura, não um voto de louvor, mas um voto político. No dia em que se trate apenas de um louvor, apenas, pela causa, pela dedicação, à avaliação política do trabalho, se for um verdadeiro louvor, e permitam que diga isto, até com alguma tristeza, se calhar, a dedicação de José Luís Gaspar era mais digna do que a discussão que tivemos aqui, quando, no essencial, todos, nesta sala, estão de acordo no que diz respeito à causa pública, pois temos visões políticas diferentes, projetos políticos diferentes, o qual foi objeto de sufrágio e venceu a Coligação Afirmar Amarante, assim como o Partido Socialista, anteriormente, foi sufragado e venceu, o mérito não está nas vitórias, está nos projetos que se apresentam. Esse mérito foi sufragado. -----

-----Agradeço ao senhor Presidente da Câmara Municipal por me ter autorizado a proferir estas palavras.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Tenho três questões a colocar, mas antes queria comentar a ida do anterior senhor Presidente para as novas funções. Ele seguiu a cartilha do Dr. Durão Barroso e do Dr. António Costa, porque este último não tinha que se demitir, pois o Sánchez, em Espanha, e a Comissária também eram alvo de um inquérito e continuaram em funções. Lá dizia a minha avó, que não sabia ler nem escrever, mas era muito sensata, via o noticiário e dizia-me *ó Tónio, eles são todos iguais*. E eu cada vez lhe dou mais razão. O saudoso Professor Adriano Moreira dizia que *era preciso trazer a santidade para a política*. Agora, para verem que não é uma questão política, o senhor

Eng.º António Guterres, depois de deixar as funções de Primeiro-Ministro, chegou a dar explicações de matemática em bairros desfavoráveis. Era um indivíduo desapegado e desprendido do poder, e, hoje, está no cume da hierarquia da Organização das Nações Unidas. Por isso, o Dr. José Luís Gaspar, tratou da vida dele, como outros, quer o Dr. Durão Barroso, quer o Dr. António Costa.-----

-----Ultimamente, têm vindo a público notícias sobre a Orquestra do Norte, em que é recorrente haver salários em atraso. A Câmara Municipal tem alguma participação na Orquestra do Norte?-----

-----Sobre a última fatura da água, tenho uma folha do município e fala aqui que a tarifa fixa de resíduos sólidos urbanos, dá 0,02€, por dia, e a tarifa variável é consoante o consumo de água. Em baixo, diz que Câmara Municipal é obrigada a aplicar a taxa de gestão de resíduos, pelo que se deduz que a autarquia podia abrir mão das taxas fixas. Senhor Presidente da Câmara, isto é para colmatar a situação de munícipes que, não sendo consumidores da rede pública, e como o os resíduos e o saneamento estão indexados ao consumo de água, a Câmara cobra aos que consomem água para colmatar os que não estão ligados e, assim, equilibrar as contas?" -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Relativamente à questão do Presidente José Luís Gaspar, acho que era conhecido e era ouvido por muita gente, que o seu desejo era cumprir o mandato até ao final. Sou testemunha de que não havia muita coisa que o fizesse levar a tomar esta decisão, sendo que teve muitas oportunidades para o fazer anteriormente. ----

-----Relativamente à Orquestra do Norte, dizer-lhe que a mesma tem vários associados, não sei ao certo quantos com exatidão, mas são vários os municípios que são membros da associação denominada Norte Cultural, vulgo Orquestra do Norte. Desta associação fazem parte diversos, bem como a Associação de Amigos da Orquestra do Norte. Em 2018, na sequência de umas eleições, o Presidente da Câmara Municipal de Amarante foi designado Presidente da Direção da Associação Norte Cultural, juntamente com outros elementos de outros municípios. Nessa altura, deixem-me também aqui dizer, de todos os músicos que a compunham, apenas dez deles possuíam contrato de trabalho. Os restantes prestavam serviço e emitiam recibos verdes. No início de funções desta direção, verificou-se que havia um passivo de cerca de 800.000€, com uma dívida astronómica à segurança social. Foi contratualizado um financiamento bancário e alcançou-se um acordo de

regularização da dívida à Segurança Social. Todos os trabalhadores que recebiam o vencimento por tarefa, vulgo recibos verdes, passaram a ter contratos sem termo e a receber 14 meses, como é normal, quando anteriormente só recebiam cerca de 10 meses, por ano. A partir dessa altura, começaram a ter os direitos normais de um trabalhador. Com esta alteração, viram salvaguardados os seus direitos, durante a pandemia, porque senão, tinham ficado sem rendimentos. Portanto, a situação dos trabalhadores melhorou com esta situação de regularização dos vínculos laborais. É verdade que, a Orquestra do Norte tem atualmente dois salários em atraso. Houve recentemente uma reunião com a Secretaria de Estado da Cultura, em que se explicou que um dos motivos deste atraso, muitas vezes, está relacionada com o facto de que a Orquestra do Norte só receber os financiamentos da Direção-Geral das Artes, após ter efetuado e comprovado as despesas, o que cria alguns problemas de tesouraria. Em 2018 fizeram um financiamento no montante de 500.000€, o qual encontra-se totalmente liquidado e, portanto, a situação da Orquestra do Norte é esta. Todos nós compreendemos e todos nós temos um carinho grande pela Orquestra do Norte, pela vida que dá à cidade, mas também porque, o Município de Amarante é dos poucos - e isto também é um problema - que contratualiza espetáculos à Orquestra do Norte, na ordem dos 75.000€ por ano, pelo que bastava que os outros associados adquirissem espetáculos em cerca de 20% deste montante, para que a Orquestra do Norte se tornasse autossustentável e não tivesse problemas de tesouraria. Como disse anteriormente, vou-me inteirar melhor desta situação para, numa próxima oportunidade, esclarecer estas questões. -----

----- Quanto à problemática das tarifas, confirmo que as mesmas têm um impacto considerável no total da fatura. Também é verdade que o Município de Amarante dispõe de um tarifário social destinado a pessoas com carências económicas comprovadas, suportado pelo orçamento municipal e a Águas do Norte continuam a obter a mesma receita." -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Antes de dar início à discussão da ordem do dia, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu nota de um pedido da Câmara Municipal, a solicitar a inclusão de mais um ponto - **Declaração de interesse público municipal - Requerente: Sociedade Agrícola Quinta do Peso, Lda.** - (Registo n.º 265/25 - CIM) -, na ordem do dia, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, e do n.º 2 do Artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

----- Os senhores vereadores do Partido Socialista e os representantes dos grupos

políticos municipais foram auscultados previamente, tendo os respetivos documentos sido disponibilizados na plataforma informática. -----

-----Colocado a votação a inclusão do referido o ponto na ordem do dia, com o n.º 11, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 45 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. Não participaram nesta votação: a senhora deputada Inês Marinho Batista, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz, o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lufrei, por estarem ausentes da sala. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação. -----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicam os tempos referidos na grelha B do Regimento.-----

**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento; -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Aproveito a minha intervenção para congratular o mandato que foi desempenhado e liderado pelo Dr. José Luís Gaspar e também endereçar os votos dos maiores sucessos ao Dr. António Jorge Ricardo e à sua equipa.-----

-----O assunto que me leva a vir aqui falar, está relacionado com o Solar dos Magalhães, como todos sabemos, constitui um património grandioso da nossa terra, sendo um dos seus edifícios mais emblemáticos. Todos sabemos que simboliza a resistência, durante o período das invasões das tropas francesas napoleónicas e, naturalmente, foi com grande satisfação que acompanhei as obras de requalificação executadas em conformidade com o projeto do Arquiteto Siza Vieira. Por isso, congratulo o executivo da Coligação Afirmar Amarante, pelas obras que foram realizadas e pela inauguração, que ocorreu no passado dia 14 de fevereiro, representando um passo importante na valorização do património da nossa cidade e que constituirá o futuro Museu da Identidade e Memória de Amarante, que será certamente relevante para a nossa terra. Para além de ser um espaço que, como referi no início, tem muito da nossa história, esta requalificação permite-nos também preservar e partilhar esse legado histórico com as gerações futuras de amarantinos, para que saibam efetivamente aquilo que foi o nosso passado para projetar o futuro

de Amarante.-----

----- Esta obra, além do impacto que tem *de per si*, também vai ajudar a autarquia naquilo que tem que ver com toda a requalificação da área envolvente, como consta dos projetos do executivo camarário, a recuperação da antiga estação e também a nova entrada da cidade, com o viaduto do nó do Salto. Portanto, naturalmente que tudo isto se compagina, do ponto de vista estruturante para Amarante.-----

----- A requalificação do Solar dos Magalhães representa um grande investimento do Município - estamos a falar de cerca de 3.000.000€ -, financiado pelo Norte 2020, através do PARU. É mais um exemplo inequívoco e claro daquilo que tem sido a marca desta governação, nos últimos doze anos, em que, efetivamente, conseguiu fazer muito, pautando a sua atuação pelo grande enfoque na importância da cultura – e, naturalmente, a história é cultura - e com isso, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a promoção do desenvolvimento económico e social de Amarante. Aproveitando, e bem, os fundos comunitários, que são obviamente muito importantes e que têm sido fundamentais para trazer aquilo que Amarante precisava e que que, finalmente, se deu nestes últimos doze anos, que é o progresso e o desenvolvimento da nossa terra. -----

----- Por isso, um bem-haja a este executivo por tê-lo feito por Amarante.”-----

----- **O senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, quero felicitá-lo por estas novas funções e aos restantes vereadores. -----

----- Relativamente ao documento deste ponto, e antes de avançar com a análise, quero referir que ele é omissivo em relação à informação financeira, no período de novembro e dezembro de 2024. O relatório apresentado na última Assembleia Municipal termina a sua análise financeira e atividades, em outubro de 2024 e este relatório dá continuidade temporal às atividades, mas, na informação financeira, apenas refere o mês de janeiro de 2025. Esta informação será certamente disponibilizada - pensamos nós que, na próxima Assembleia, o fecho de contas será apresentado -, mas, no entanto, tínhamos interesse em conhecer agora o ponto de situação, pois, em outubro de 2024, a execução de despesa estava em 54% e isso levantou a questão de como planeava executar os restantes 46%, em dois meses? -

----- Entrando agora na análise do documento, selecionamos alguns pontos que consideramos mais importantes, começando pela gestão e execução de projetos do PRR. --- -----

----- Temos vários projetos de reabilitação urbana, habitação social, muitos deles ainda estão em fase de revisão do projeto, outros em procedimento de contratação pública, alguns já adjudicados, mas aquilo que verdadeiramente nos preocupa é a taxa de execução destes projetos, nomeadamente, os do PRR, com especial interesse, os do primeiro direito. Estamos a 28 de fevereiro 2025 e, dos 26.000.000€ apresentados no documento, apenas 27% está adjudicado e com contrato assinado. Obras concluídas ainda não temos nenhuma. -----

----- Este assunto é de extrema importância para os amarantinos e com isto solicitamos que nos esclareça o seguinte: -----

----- Como pode garantir que os fundos do PRR serão executados dentro dos prazos estabelecidos? -----

----- Se já foi elaborado o regulamento ou a forma como serão atribuídas as habitações aos amarantinos? -----

----- Se vai ser garantida a acessibilidade destes projetos para jovens e famílias de classe média? -----

----- Se está prevista a criação de um programa municipal de renda acessível? --

----- Outro assunto que verificámos, tem a ver com o planeamento e geografia. No documento é mencionado a revisão do PDM, ao qual nos importa saber quais são as principais alterações que estão a ser feitas e como elas podem beneficiar os cidadãos e as empresas? -----

----- Aqui pergunto-lhe se está previsto nesta revisão uma maior flexibilização para construção em zonas rurais para contribuir para a fixação da população? -----

----- Quanto à gestão de recursos e recolha de resíduos, podemos verificar no documento que o Município, finalmente, está a implementar o plano de ação do PERSU 2030, que visa alinhar todos os agentes envolvidos em políticas e estratégias comunitárias que contribuam para uma maior prevenção da produção de resíduos, mais reciclagem e o aumento da preparação dos cidadãos para a reutilização e para a valorização, sendo que, segundo a informação disponível, neste momento, só valorizamos 17% dos resíduos produzidos. -----

----- Pergunto que medidas fazem parte deste plano para aumentar a valorização dos resíduos, para sensibilizar os amarantinos da importância desta valorização e da reciclagem? E quais as metas definidas para atingir em 2025 e restantes anos? ----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Alberto Miranda,

agradeço as suas palavras. Efetivamente, o Solar dos Magalhães é um edifício que eu acho que também traz muito a Amarante, não tenho dúvidas de que, no futuro, vai ser mais um ícone da nossa cidade. No dia 15 de março, como já foi informado, terá a inauguração de uma exposição de Amadeo de Souza-Cardoso, com alguns quadros inéditos e, portanto, esperamos começar a dar vida àquele importante equipamento, a partir dessa data. -----

-----Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado Miguel Varejão, dizer que, no que respeita à situação financeira, é costume neste relatório visar o próprio mês em que estamos e não os meses anteriores. Mas, como disse, na próxima sessão da Assembleia Municipal, já teremos aqui a apresentação das contas, que lhe dará esses indicadores da execução física e financeira do período. -----

-----Relativamente à habitação social, neste momento, é verdade que a execução física dos projetos está a arrancar, temos Figueiró, Ataíde; vamos ter Vila Chã do Marão, Santa Cristina, Rebordelo e Oliveira, no prazo de dois meses, vão arrancar. É verdade que a nossa preocupação é cumprir o prazo que temos, que é um prazo muito limitado, embora os concursos que foram realizados, tenham lá previstos os prazos de execução. Portanto, tivemos empresas concorrentes, exceto em casos pontuais, como foi em Canadelo e Gouveia (São Simão). Mas, dizia, houve grandes obras em que tivemos concorrentes, tivemos preço, o que foi muito positivo, porque todos sabemos que em muitos municípios são lançados os procedimentos concursais e uma grande parte não tem concorrentes. Portanto, em Amarante, devemos regozijar-nos com isso mesmo e também não tenho dúvidas que tem a ver com a política de pagamentos do Município, que faz com que tenhamos empresas que concorrem e confiam, são estes os nossos parceiros, pelo que acho que nos vamos sair bem. Agora há atrasos e não só na habitação social, dou aqui um exemplo que nos preocupa, é que, tendo nós a dotação financeira para a execução das mesmas, como por exemplo, as creches, que já foram aprovadas, lançamos concurso para a execução do projeto, porque não tínhamos capacidade interna e para ser mais rápido, já que o término era em dezembro, mas, até hoje, ainda não conseguimos concorrentes para entregar nenhum projeto. E isto leva-nos a pensar o que fazer. Temos dois ou três que ficaram de nos entregar, mas há aqui um conjunto de situações que muitas vezes nos levam a ter alguns atrasos. Mas, na habitação social, em geral, acho que nós neste momento devemos ter, entre adjudicações e assinaturas de contrato, cerca de 12.000.000€, cerca de 160 habitações. Considero que vamos poder dizer que vamos ter uma excelente execução, nesse campo. -----

-----Neste momento já estão a ser trabalhados procedimentos para atribuição das habitações. Deixe-me adiantar que, relativamente a Vila Meã e mais duas ou três, já pedimos para que possam entrar no regime de arrendamento acessível, que dará resposta a famílias da classe média. Também vos quero dizer que – e aqui pedia a vossa mobilização - pelos últimos censos, em 2021, em Amarante havia cerca de 3.000 casas devolutas, repito, um número de 3.000 casas devolutas. Muitas delas sem condições de habitabilidade, mas também sabemos que uma parte significativa tem condições de habitabilidade. E há um programa que nós lançamos, que é o Habit'Amarante, do qual vão receber uns *flyers*, que vai permitir às pessoas que tiverem interesse, o Município possa arrendar os prédios e depois coloca-os no mercado, no regime de arrendamento acessível. Isto tem alguns requisitos, que são impostos por lei, mas também tem alguns incentivos aos proprietários. O Município de Amarante, arrenda essas habitações e depois vai colocá-las no mercado, no regime de arrendamento acessível. O valor da renda é fixado pelo INE. Dou-vos um exemplo, neste momento, um apartamento tipo T3, andar atualmente na volta dos 410€, que certamente todos achamos que será inacessível para muita gente, mas o município pagará 80% daquele valor. Isso trará vantagens fiscais para os proprietários, que ficam isentos de IRS, isto é, recebem menos 20%, mas têm logo uma poupança de 28%, que é o valor de imposto; também tem isenção do IMI. Portanto, têm aqui o Município como parceiro em quem podem confiar. -----

-----O apelo que lhes faço é o de informarem quem tenha imóveis nessas condições e tenham interesse nesta proposta. Se pudéssemos ir buscar 10% desses imóveis, isso seria ambicioso, mas, se conseguirmos 5%, já garantíamos cerca de 150 habitações. -----

-----Relativamente à política local de resíduos sólidos urbanos, é verdade que as metas são difíceis de alcançar, têm sido sucessivamente adiadas, por todo o país. Mas, deixe-me dizer-lhe, que, no Município de Amarante, temos implantadas algumas medidas, como a recolha de bio resíduos, que já é feita em alguns locais, por exemplo, em Cepelos, no Campo da Feira, entre outros. Temos também a recolha de verdes, que também está a fazer o seu caminho. Portanto, há medidas que estão a ser adotadas e esta seletividade tem que ser cada vez mais imposta, de maneira a atingirmos os objetivos." -----

-----**A senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Rita Marinho Batista, com a anuência do senhor Presidente da Câmara Municipal, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Neste momento, temos pendente um procedimento simplificado de reclassificação de solo, para três zonas industriais. Já tivemos uma conferência procedimental, no início do mês, e, neste momento, estamos a ultimar os procedimentos para que estas três zonas sejam reclassificadas. Duas zonas são alargadas e é criada uma maior. Em termos de alterações ao PDM, e considerando que o que estamos a fazer neste momento é alteração à parte regulamentar, o assunto foi submetido à Câmara Municipal, em dezembro passado, sendo que o procedimento prevê um período de participação preventiva, que terminou recentemente. A próxima etapa passa por levar a proposta à reunião da Câmara Municipal, seguindo-se o período de discussão pública, reunião de Câmara e posteriormente, serão aqui novamente apresentadas. Ao longo deste período, tanto na participação preventiva, como ao longo do período de consulta pública, estamos naturalmente à vossa disposição para vos ouvir e para percebermos como é que o documento pode ser aperfeiçoado; estamos todos conscientes e com o objetivo que este seja um documento que se pretende que cada vez mais dinâmico e competitivo para que o nosso território assim o seja. Por isso, ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento quanto a esta matéria, para qualquer sugestão que queiram dar." --

**2. Mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2024 e primeira alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência de 2024**

– (Registo n.º 1431/2025/02/19). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Tratando-se naturalmente da integração de saldos, que assim é exigido em orçamento, e mantendo o nosso posicionamento relativamente ao mesmo, pelos mesmos fundamentos, iremos abster-nos neste ponto." -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Com esta incorporação de saldo, não tenho dúvidas que temos aqui um grande desafio. Se, neste momento, temos obras a decorrer, de pequena ou média dimensão, que rondam os 2.000.000€, umas a concluir-se, outras a começar, vamos ter aqui mais cerca de 4.000.000€ de obras que vão começar, a muito curto prazo. Com efeito, isto vai possibilitar-nos lançar já alguns concursos para duas escolas importantes, como a Torreira e Real. Também temos já em fase de abertura, na próxima terça-feira, o procedimento da empreitada da obra do viaduto do nó do

Salto. Espera-se que a obras no conjunto habitacional da Bouça do Pombal possam iniciar-se brevemente.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, deliberou aprovar primeira alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência no montante de 11.139.735,18€ (onze milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e cinco euros e dezoito cêntimos), dos quais correspondem 9.473.960,41€ (nove milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta euros e quarenta e um cêntimos), na posse do serviço, e 1.655.774,77€ (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos), na posse do serviço consignado. Assim, os reforços da Receita de 2025 ascendem a 11.139.735,18€ (onze milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e cinco euros e dezoito cêntimos), o reforço da dotação de despesa de 2025, no valor de 11.889.735,18€ (onze milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e cinco euros e dezoito cêntimos), e de redução de despesa, no valor de 750.000€ (setecentos e cinquenta mil euros), conforme mapas da alteração orçamental modificativa n.º 1, conforme deliberação da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 19 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado Nuno Queirós, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação da minuta o senhor deputado Nuno Queirós, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala.-----

### **3. Alterações à estrutura orgânica dos Serviços do Município de Amarante**

- (Registo n.º 681/2025/01/24).-----

-----**O senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Felicito o senhor Presidente da Câmara e o seu novo executivo, a quem desejo votos de um bom resto de mandato, da mesma forma que desejo o maior sucesso ao Dr. José Luís Gaspar, agora na gestão da ULS do Tâmega e Sousa.-----

-----Relativamente a este ponto, tal como no passado, o Partido Socialista

considera que quem está a governar deve organizar e constituir as equipas ou divisões municipais da forma que quer, como quer e com quem quer, para que possa aplicar aquela que é a sua estratégia de governação para o Município. No entanto, importa realçar, em primeiro lugar, que uma alteração orgânica dos serviços municipais, neste momento e para um curto período de tempo, pois todos sabemos que estamos num ano de eleições, pode colocar em causa a boa gestão da autarquia. Isto é, esta mudança gera impasses administrativos, desde novos concursos, cumprimento de prazos, etc., o que leva ao desperdício de recursos e perda de foco naquele que deve ser o trabalho da Câmara Municipal. -----

-----Em segundo lugar, enquanto deputados municipais, estamos aqui para garantir que as decisões que afetam o Município de Amarante são tomadas com formalidade, transparência e respeito pelas competências de cada órgão autárquico. Mas o que temos, hoje, em análise levanta sérias dúvidas sobre a forma como o executivo camarário tem conduzido este processo. Isto é, o anterior Presidente da Câmara nomeou, com efeitos a partir de 17 de fevereiro, dirigentes para novas divisões municipais, antes de esta Assembleia aprovar a alteração à estrutura orgânica dos serviços municipais - conforme consta do edital número 44/2025, disponível no *site* do Município. Ou seja, criam-se cargos e nomeiam-se pessoas antes dessas funções, sequer, existirem formalmente. Isto levanta dois problemas muito sérios. O primeiro problema é que é um processo informal e precipitado. A lei é clara, a criação e extinção de unidades orgânicas precisa da aprovação da Assembleia Municipal, antes de ter efeitos. O executivo não pode nomear dirigentes para estruturas que ainda não foram aprovadas e, portanto, importa questionar: estamos a governar de forma improvisada? Se esta Assembleia não aprovar a reestruturação proposta, o que é que acontece? E se aprovar, como é que devemos proceder? O segundo problema, a separação de poderes foi ignorada. A Câmara Municipal tem a responsabilidade de gerir e propor alterações à estrutura municipal, mas a decisão final cabe a esta Assembleia. Ao avançar com nomeações, antes da nossa aprovação, o executivo está a passar por cima deste órgão, tratando esta Assembleia como um mero carimbo administrativo. Mas nós não estamos aqui para aprovar decisões já tomadas. Estamos aqui também para analisar, discutir e decidir. E, por isso, senhoras e senhores deputados têm de questionar qual é a base de fundamento para esta tomada de decisão por parte do executivo camarário. Até porque, no nosso entendimento, não está a ser cumprida a formalidade exigida. E se assim for, teremos enquanto, deputados municipais, que exigir a revogação das

nomeações feitas antes da aprovação desta Assembleia, de forma também a reafirmar a importância desta Assembleia como espaço de decisão democrática. E, mais do que isso, estamos aqui para garantir que o Município de Amarante é gerido com rigor e transparência.” -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----Caro deputado Pedro Ribeiro, lamento esta sua intervenção, porque, sendo um jovem, que tem um potencial enorme, todos reconhecemos isso, mas que, muitas vezes, se sujeita a um papel que não o dignifica. É verdade, como diz, que há competências que são da Assembleia Municipal, outras da Câmara Municipal, e o que esta decidiu foi usar das competências que lhe foram emanadas na sessão de 2021, na qual, a Assembleia Municipal definiu um intervalo até onde o executivo municipal podia decidir. E é isso que estamos a fazer, como fizemos noutras alturas. Isto é, não ultrapassamos o intervalo, não ultrapassamos o limite de unidades orgânicas que a Assembleia Municipal autorizou o executivo a decidir. A nível de departamentos, temos um limite de quatro e só dois estão ocupados; a nível de unidades orgânicas, o limite é de vinte e esse limite não foi ultrapassado. -----

-----É o que me cumpre dizer. -----

-----Por vezes, assistimos a algumas intervenções que eram desnecessárias.” --

-----A Assembleia Municipal, por maioria, deliberou:-----

1. -- Nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a definição das competências, a área, os requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições remuneratórias da carreira geral de técnico superior, assim: -----

a) Relativamente à Unidade SIG: -----

i. Competências: Orientação para a mudança e inovação; Inteligência emocional; Representação Institucional; Gestão e Direção da Organização; Tomada de decisão e Visão estratégica. -----

ii. Área: procedimento concursal, ao qual podem ser candidatos trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam três anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício

- ou provimento seja exigível uma licenciatura. -----
- iii.Requisitos do recrutamento: Licenciatura adequada às competências a exercer.-----
- iv.Experiência profissional: na área de SIG. -----
- v.Remuneração: 6.ª posição remuneratória da Tabela Remuneratória Única.
- b) Despesas de Representação -----  
Ao abrigo da competência prevista no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aos cargos de direção intermédia de 2.º grau ora criados, seja reconhecido o direito a receberem despesas de representação. -----
- c) Designação do júri dos procedimentos de recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia do Município de Amarante – ano 2025, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto:-----  
Cargos de direção intermédia de 2.º grau: -----  
Presidente: Maria do Rosário Neves Pereira Correia Machado, atualmente, Diretora do Departamento da Rota do Românico e Itinerários Culturais; ----  
Vogais: Carla Mónica Marques Teixeira Pereira Afonso, Diretora do Departamento de Administração Geral, do Município de Amarante; Zita Graça Teixeira Pereira, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, do Município de Amarante. -----  
Vogais Suplentes: José António Rodrigues Gonçalves, Chefe da Divisão de Serviços Jurídicos e Fiscalização; António Alexandre Ferreira Pinto, Chefe da Divisão de Conservação do Território, do Município de Amarante. -----  
Cargos de direção intermédia de 3.º grau: -----  
Presidente: Rui Manuel Moutinho Ferreira, Diretor do Departamento de Planeamento, Projeto e Gestão do Território, do Município de Amarante; ---  
Vogais: Miguel Jorge Barbosa Gomes, Chefe da Divisão Técnica de Projeto, do Município de Amarante; António Alexandre Ferreira Pinto, Chefe da Divisão de Conservação do Território, do Município de Amarante; -----  
Vogais Suplentes: Mafalda Maria da Cunha Alves, Chefe do Gabinete Técnico Florestal, do Município de Amarante; Zita Graça Teixeira Pereira, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, do Município de Amarante.
2. Nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, aprovar a alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais do Município de Amarante, decorrente e nos termos das alterações aprovadas pela Câmara Municipal. ----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 20 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu simplesmente pedia a recontagem dos votos, dizendo que a bancada do Partido Socialista irá votar contra neste ponto. Ou já votou contra.” -----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Senhor deputado Cândido Zoio eu quando perguntei *quem vota contra?* ficaram todos sentados; quando perguntei *quem se abstém?* Levantaram-se todos os membros dessa bancada. Disso não tenho dúvidas. Mas não há problemas, faz-se a recontagem dos votos. Se estava distraído, tenho pena.”-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Aquilo que eu tenho a dizer é que foi claro e explícito – até me suscitou surpresa, até troquei comentário com a vereação do Partido Socialista - foi claro e explícito a postura da Mesa, relativamente à orientação do voto, neste ponto. Aquilo que se veio aqui pedir, não é uma recontagem, porque recontagem é quando há um erro na contagem dos votos; o que veio aqui pedir foi para anular o sentido de voto e para votar novamente. Aquilo que está a pedir é diferente. Portanto, se o Partido Socialista está a pedir para que se anule uma votação, ou para se voltar a fazer essa votação, isso deve ficar em ata.” -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu não percebo esta dúvida. Eu próprio estava a fazer outra coisa e não ouvi o que dissera o senhor Presidente da Assembleia Municipal. A única coisa que eu solicitei não foi anulação de votação, não foi a recontagem da votação, é voltar a confirmar a votação. Qual é a dúvida? Eu sei que vocês têm essas dúvidas, por exemplo, como foi feito em Vila Caiz. Eu sei que vocês têm dificuldade em recontar votos. Nós não temos.”-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do**

**PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Na defesa da honra da bancada do Partido Social Democrata, tenho a dizer é que é inaceitável o que o senhor membro da Assembleia Municipal do Partido Socialista acaba de dizer. Se tem dúvidas quanto a isso, vá para as instâncias competentes. Aquilo que acaba de insinuar, relativamente ao Partido Social Democrata e a esta bancada, é inaceitável. Tenha dignidade para ocupar o cargo que ocupa. O que senhor fez e a sua bancada foi votar, perante as questões que a Mesa fez. Votaram todos. Se o senhor estava distraído e está a dizer que os seus colegas, estavam todos distraídos, venham cá todos dizer que estavam distraídos, porque todos eles votaram. Portanto, tenha a coragem e a hombridade de vir aqui dizer *enganámo-nos no voto e queremos repetir o voto*. É isso que vocês querem fazer, não é recontagem nenhuma. Seja sério.” -----

**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Senhor Presidente vamos ter de acalmar isto. É evidente que não é nenhuma recontagem. Recontagem seria se fosse para confirmar o número de votos, mais ou menos um voto. Isto, no meu entender, foi notoriamente um pedido da anulação de voto e, por isso, eu sugiro ao Senhor Presidente da Mesa, que submeta à Assembleia a possibilidade de se anular o voto; e se houver essa possibilidade, então que se repita a votação. É perfeitamente normal que isso aconteça, em termos democráticos. Agora, há aqui uma coisa que eu não admito, é que o senhor deputado venha para aqui falar de Vila Caiz. Isso é muito grave, porque o senhor deputado sabe muito bem, como eu também sei, porque era mandatário da coligação, nas últimas eleições autárquicas, a seguir ganhou-se por três votos; o senhor deputado, que também era mandatário, reclamou, e bem, e aqui, perante a senhora Juíza da Comarca, reclamou a primeira vez, mas a senhora Juíza não lhe deu razão; reclamou uma segunda vez, ao final da tarde, e a senhora Juíza voltou a não lhe dar razão; e houve recurso para o Tribunal Constitucional, a quem nós respondemos, e este pronunciou-se sobre esta questão, de forma definitiva e transitada em julgado. Portanto, isto foi decidido na instância máxima deste país. Por isso, o que o senhor deputado vem fazer aqui é uma questão de reserva mental e que é muito baixa. Não devia dizer isto desta bancada.” -----

**O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----Isto é uma questão muito clara. Quando pus o assunto à votação, comecei

por perguntar *quem vota contra*? Ninguém da bancada do Partido Socialista se levantou. O senhor deputado Cândido Zoio assumiu que estava distraído, mas os outros elementos da bancada do Partido Socialista certamente não estavam. E os elementos que estão aqui, se tiverem seriedade para comigo, sabem que eu disse isto, precisamente. Está gravado, não há problema nenhum. Depois, perguntei *quem se abstém*? E toda a bancada do Partido Socialista se levantou, foram 20 pessoas. Seguidamente, perguntei *quem vota a favor*? E todas estas 29 pessoas, à minha esquerda, da Coligação Afirmar Amarante e do Movimento Juntos Por Ansiães, levantaram-se. -----

-----Foi isto que aconteceu. Se o senhor, agora, está arrependido daquilo que fez, lamento! Lamento muito, por uma razão simples: está a levantar aqui situações de desagrado e de algum desaforo, que, de modo algum, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, lhe permito. E depois outra coisa, vir para aqui pôr suspeitas de ilegalidade de um ato eleitoral, de 2021, isto é gravíssimo. É demasiadamente grave para eu poder aceitar. Para mim, esta votação está encerrada. Não há recontagem, não há rigorosamente nada. Ponto Final.” -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Atendendo a que não há eficácia nenhuma e porque o PSD está a ser intransigente, na leitura que faz da nossa votação, nós vamos mantê-la, não há problema nenhum.” -----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quero deixar claro, porque parece que a justificação agora é o PSD ser intransigente. O PSD não disse que se opunha a qualquer pedido para que a votação fosse repetida; para que fosse anulada uma votação e fosse feita uma nova votação. Mas, para isso, tem de existir um pedido. Agora, o problema é que alguém decidiu exercer verdadeira sobrançeria e agora não quer ter a humildade de reconhecer o erro cometido e fazer esse pedido. Se o fizerem, o PSD não é um partido de mau carácter, portanto, naturalmente, aceitará a anulação desta votação e a possibilidade de se efetuar uma nova votação. Mas, para isso, tem que existir um pedido formal e registado por parte do Partido Socialista. É só isso.” -----

-----**O senhor deputado Joaquim Augusto Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“É natural que o senhor deputado Cândido Zoio não tenha estado com

atenção àquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs à votação. Ou melhor, o senhor deputado Cândido Zoio deve ter-se arrependido de não se levantar e votar contra. Só ele, por parte do Partido Socialista, porque quem está com atenção, nesta sala, os demais deputados do Partido Socialista assumem a responsabilidade de que se abstiveram. Abstiveram-se, levantando-se todos. Agora, é assim, pode sempre ficar escrito na ata que o senhor deputado Cândido Zoio, depois de realizada a votação, veio aqui dizer que a intenção dele era votar contra. Mas isso é um problema, porque ele está a opor-se à decisão do Partido Socialista. E, por aquilo que eu sei, ele é o coordenador da bancada do Partido Socialista e isso não lhe fica muito bem. Até porque, se eu fosse deputado do Partido Socialista, sentia-me mal. Como disse o senhor deputado Carlos Carvalho, se o senhor deputado Cândido Zoio quiser fazer um pedido à Mesa de anulação e de realização de uma nova votação, voltamos a votar, porque aí, sim, o senhor deputado, das duas, uma: ou vai votar no mesmo sentido, ou vai votar isolado, contra os demais elementos da bancada do Partido Socialista. Mas isso é um problema de consciência de cada um.-

-----Já que aqui estou, permita-me senhor Presidente, que diga aqui mais uma coisa e chamava a atenção para o senhor Vereador Hugo Carvalho. Já vim aqui, algumas vezes, e não estivemos de acordo. Hoje, fiquei feliz por ver que veio aqui assumir uma posição diferente e muito sensata. Estou grato por isso, reconhecer aquilo que o senhor também reconheceu.”-----

-----**O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, José Filipe Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**

-----“Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e desejar-lhe as maiores felicidades. E dizer-vos que eu não me revejo nisto e, portanto, peço desculpa pelo erro que nós cometemos. Se há um erro, temos de dizer que se errou. Íamos votar contra, depois, houve algo que se passou, estávamos distraídos e abstivemo-nos. Peço desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia, que, realmente, tem razão; e dizer que, da minha parte, se houver nova votação, vou manter a minha posição e vou-me abster.”-----

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“De facto, venho aqui pedir desculpa, porque estávamos ali, os dois, a conversar e, quando demos por ela, já tinha passado o voto contra e levantamo-nos naquele preciso momento da abstenção. E, de facto, foi na abstenção, não vamos estar aqui com rodeios. Agora, se assim entenderem, pode haver anulação da

votação e voltar a fazer outra votação, de forma clara e transparente, reconhecendo o erro cometido.” -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“É só para reforçar as palavras da senhora deputada Ercília Costa. Efetivamente, eu estava distraído e até pensei que tinha votado contra e, por isso, pedia então a anulação da votação e para fazer uma nova votação, se a bancada do PSD assim o entender.” -----

-----**O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz, José Ferreira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Felicito o senhor Presidente da Câmara, pela sua nomeação, acompanhando a todos os deputados para dizer o seguinte: Dando seguimento à intervenção do senhor deputado António Araújo, em 2021, a votação, em Vila Caiz, depois de falada. Quero dizer simplesmente que a votação do Grupo Municipal do Partido Socialista, neste assunto foi de abstenção, não votou contra. Se, por acaso, o senhor Presidente da Assembleia aceitar reverter a votação, eu ausentar-me-ei, em nome da Freguesia de Vila Caiz. Não admito mais o que têm feito com Vila Caiz.”-----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“O senhor deputado Cândido Zoio e a senhora deputada Ercília Costa já vieram aqui pedir desculpa, porque realmente estavam distraídos. O senhor deputado Carlos Carvalho disse que não tem nenhum problema em aceitar que se faça uma nova votação deste ponto. Se vocês quiserem votar e o PSD aceitar, por mim, tudo bem. Agora, eu não percebo isto. É demasiadamente mau para ser verdade.”-----

-----**O senhor deputado João Leite, do Grupo Político Municipal do CDS-PP, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Infelizmente, de alguma forma, é triste ver acontecer este tipo de situações, mas é normal que, em democracia, este tipo de coisas possam acontecer. Todos nós temos que ter o bom senso de dar as oportunidades a quem de direito. Só queria fazer aqui uma correção muito simples e corroborando com aquilo que o Carlos Carvalho já disse, nós, enquanto bancada do CDS-PP, também não teremos nenhum problema se ponto for novamente votado. Pedimos simplesmente é que as coisas sigam o rumo normal e que se continue a ter atenção à ordem de trabalhos, porque

só com esta coisa do vamos votar, não vamos votar, acabamos por perder muito tempo. Sinceramente, acho que estamos a discutir uma coisa que não tem discussão possível. Houve um erro, foi feito um pedido de desculpa, ao final de algum tempo, é verdade, mas foi pedido. Do lado do PSD, como do CDS, não vai haver problema. Se se entender que, democraticamente, ainda é mais plausível perguntar-se à Assembleia, quem é que vota a favor de ir a nova votação, então que se faça. Mas vamos acabar com isto.” -----

-----**O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos, Ricardo Alves, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: --**

-----“Sou a favor da coerência, não vou dizer se foi bem ou mal votado. Venho aqui apenas dizer que o senhor Presidente da Assembleia disse, e está gravado para a ata, que não iria repetir a votação. Eu, pessoalmente, não me sinto no direito de votar a segunda vez, numa coisa que Senhor Presidente disse que não iria fazer. Compreendo que tenha sido pedido por muitos e aceite por todos que se possa vir a fazer uma nova votação, mas, caso essa votação se faça, eu irei abandonar a sala, para não fazer parte da votação. Espero não ser mal interpretado.” -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----**

-----“Não querendo criar mais celeuma, por uma coisa menor, o Partido Socialista vai prescindir da votação, mantendo-se a votação anterior; e dizer também que, nos pontos seguintes, à exceção do ponto 10, que é para conhecimento, o Partido Socialista votará favoravelmente, podendo-se fazer a votação conjunta.” -----

#### **4. Adesão do Município de Amarante à Associação Termas de Portugal – (Registo n.º 10615/2024/12/12). -----**

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar a adesão do Município de Amarante à Associação Termas de Portugal, conforme deliberação da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediato, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

#### **5. Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal ao Plano de Gestão dos Riscos de Inundações para a Região Hidrográfica do Douro – 2.º**

**Ciclo e ao Regulamento de Gestão da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira – (Registo n.º 843/2025/01/31).**

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar por declaração, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Amarante, publicado pelo Aviso n.º 14803/2022, na 2.ª série do Diário da República n.º 144, de 27 de julho de 2022, ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 63/2024, de 22 de abril, publicada na 1.ª Série do Diário da República n.º 79, de 22 de abril de 2024 - Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) - e ao disposto no Regulamento n.º 964/2024, de 22 de agosto, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 162 - Gestão da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira (PPRS). -----

-----A alteração por adaptação consiste na atualização das folhas 100-3, 113-1 e, 113-3, da Planta de Ordenamento – Salvaguarda e Riscos ao Uso do Solo, na alteração dos artigos 4.º, 6.º, 23.º, e do Anexo II do Regulamento do PDM, sendo que as alterações normativas ao RPDM já se encontram em curso em procedimento já devidamente aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 17.12.2024 – deliberação n.º 581/2024.-----

-----Mais deliberou dar conhecimento desta deliberação à CCDR-N e efetuar a devida publicitação no Diário da República. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

**6. Alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante – Livro III - Urbanismo - (Registo n.º 492/2025/01/20).-----**

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, ao abrigo do disposto no artigo 89.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovar as medidas provisórias que consubstanciam exatamente na redação proposta ao artigo III/32.º do Código Regulamentar do Município de Amarante, até

à entrada em vigor daquela mesma alteração, e que caducarão após a sua efetiva entrada em vigor, conforme deliberação da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala.

**7. Alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante – Apoio ao associativismo desportivo - (Registo n.º 6943/2024/08/22).-----**

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou aprovar a alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala.

**8. Aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Vacinação Infantil de Amarante – (Registo n.º 10096/2024/11/28).-----**

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quero salientar o que se fez com este ponto oito, o qual foi votado por unanimidade, na Câmara Municipal. Acho que é um excelente sinal de como as autarquias locais podem, muitas vezes, também elas completar aquilo que o Estado deixa incompleto. Ainda hoje, tivemos a notícia, por exemplo, que nos Estados Unidos da América, ao final de uma década, morreu uma primeira criança - não é por uma vacina das que está em causa neste plano de vacinação, mas é um exemplo - com sarampo, coisa que não acontecia, há mais de uma década, nos Estados Unidos da

América, uma criança não vacinada. -----

----- Nós sabemos que a tendência, com muita convulsão que a sociedade vai tendo, é a de alguns contestarem aquilo que são as vacinas e o regime de vacinas, mas acho que é um excelente sinal nós termos a consciência de que o progresso, na área da saúde, também se fez muito por conta da vacinação. Portanto, quero congratular o Município de Amarante, congratular os senhores vereadores que votaram favoravelmente a inclusão destas duas vacinas, que acho que é extremamente relevante. Quero, por último, terminar com um voto de felicitações ao novo Presidente da Câmara Municipal, que, no meio de tanta discussão ainda não tinha feito, e quero também agradecer ao senhor Vereador Hugo Carvalho pela sua intervenção, a quem reconheço a honestidade de carácter para fazer aquilo que fez. E dizer também, para completar, o voto de louvor que aqui propusemos foi disponibilizado aos líderes de todas as bancadas, a meio desta semana. Poderia ter sido alvo de alterações, caso isso deixasse mais confortável os outros grupos desta Assembleia Municipal, mas acabaram por não o fazer. Portanto, o voto foi apresentado conforme vos foi proposto.”-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou aprovar o Regulamento Municipal de Apoio à Vacinação Infantil de Amarante, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Não participou na votação deste ponto, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala.

**9. Declaração de interesse público municipal** - Requerente: Grupo Cultural e Desportivo de Vila Caiz – (Registo n.º 371/25 EDI). -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra.-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou declarar de relevante interesse público municipal a regularização do Complexo Desportivo do Grupo Cultural e Desportivo de Vila Caiz, na Freguesia de Vila Caiz, conforme deliberação da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz, José Ferreira, do Grupo Político Municipal do PSD, por se encontrarem ausentes da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação da minuta, o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz, José Ferreira, do Grupo Político Municipal do PSD, por se encontrarem ausentes da sala.-----

----- A senhora segunda secretária da Mesa, Sara Machado, ausentou-se da sala, tendo tomado o seu lugar o senhor deputado João Leite, do Grupo Político Municipal do CDS-PP. -----

**10. Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante – 2024 – Registo n.º 2872/2025/02/07) - Para conhecimento. -----**

----- Não houve inscrições para usar da palavra.-----  
----- Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**11. Declaração de interesse público municipal - Requerente: Sociedade Agrícola Quinta do Peso, Lda. – (Registo n.º 265/25 - CIM).-----**

----- **A senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Rita Marinho Batista, com a anuência do senhor Presidente da Câmara Municipal, proferiu a seguinte intervenção: -----**

----- “Por lapso, a minha proposta que consta do processo refere Lufrei, quando devia dizer Gondar, por isso solicito a respetiva correção.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou o reconhecimento de ação de relevante interesse público municipal, para efeitos da alínea a) do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN), que prevê a utilização a título excepcional de utilizações não agrícolas da RAN, relativamente à ampliação e alteração para hotel rural, na categoria de agroturismo, melhor identificado no processo, implantado na denominada Quinta do Peso, na Freguesia de Gondar, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, a senhora segunda secretária, Sara Machado, e o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrarem ausentes da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação da minuta, a senhora segunda secretária, Sara Machado, e o senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrarem ausentes da sala. -----

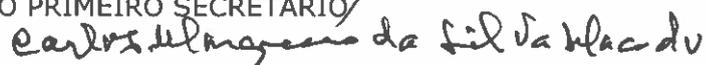
----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas. -----

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 23.04.2025, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

